

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM ENCERRAMENTO DO EXERCICIO DE 2016

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM E INDIRETAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A estrutura consolidada do Município de Contagem é composta pelas entidades da administração direta e indireta e Câmara Municipal. O órgão Prefeitura , juntamente com os fundos a ele vinculados e a Câmara Municipal fazem parte da Administração Direta do Município de Contagem. A administração indireta compreende as autarquias, fundações e a sociedade de economia mista, CONTERRA, atualmente em liquidação.

A Prefeitura é o órgão central responsável pela governabilidade e administração dos interesses públicos do Município de Contagem. Os fundos que compõe a estrutura da administração direta são: o Fundo da Procuradoria Geral do Município, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social, Fundo Municipal de Saúde, Fundo de Turismo de Contagem, Fundo Municipal de Saneamento, Fundo Municipal de Trabalho e Renda Solidária, Fundo Municipal de Esportes, Fundo Municipal de Meio Ambiente e Fundo Municipal do Idoso.

O órgão Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Contagem (PREVICON) é responsável pela gestão dos benefícios previdenciários dos servidores, sendo composto pelo Fundo Financeiro, Fundo Previdenciário e Fundo de Previdência (Gestão) e, na atual estrutura, esta vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

A Câmara Municipal é o órgão do poder legislativo, que exerce principalmente as funções legislativa, fiscalizadora e de controle externo participando do processo de elaboração de leis sobre matéria de competência exclusiva do Município e exercendo o controle da administração local, principalmente quanto aos atos e contas do Poder Executivo do Município.



As entidades indiretas são a Companhia Municipal de Habitação (CONTERRA); a Fundação Municipal de Parques e Áreas Verdes de Contagem (COMPARQ); a Fundação de Ensino de Contagem (FUNEC), a Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem (TRANSCON), a Fundação de Assistência Médica de Urgência de Contagem (FAMUC) e o Centro Industrial de Contagem (CINCO), Instituto de Planejamento Urbano de Contagem (IPUCON), Fundação Cultural do Município de Contagem (FUNDAC).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

O Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa compreendem as demonstrações consolidadas da prefeitura e fundos, do exercício de 2016, elaboradas segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, Portaria STN/SOF 1/2014 e Portaria STN/SOF 700/2014 (MCASP), observando ainda a IN 04/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

3. BALANÇO PATRIMONIAL

Conforme preceitua o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) "O Balanço Patrimonial é a Demonstração Contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle)".

No que tange à sua classificação, os ativos e passivos são segregados e classificados em Circulante e Não Circulante no sentido de permitir análises conclusivas da situação patrimonial da entidade.



3.1. Ativo Circulante

3.1.1. Caixa e Equivalente de Caixa:

Essa conta compreende o somatório dos valores em bancos conta movimento, aplicações, fundos de aplicação e poupança.

	2016	2015
Caixa	21.223,49	19.869,65
Banco - C/ Movimento	23.598.966,07	19.990.139,02
Aplicação Financeira	171.325.475,41	142.123.608,61
Conta única-RPPS	157.271,03	125.665,17

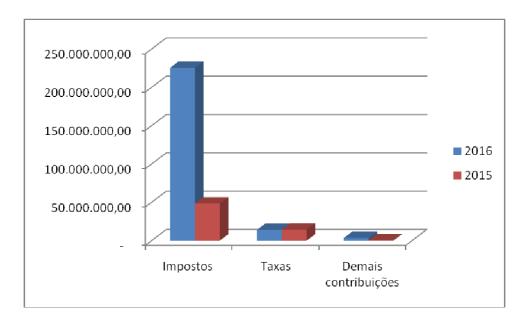
3.1.2. Créditos a Curto Prazo:

Foram transferidos para o Curto Prazo os valores que estão estimados para realização em 2017 dos créditos com IPTU e ISS. Conforme se observa nos gráficos seguintes, a expectativa de recebimento de Créditos Tributários é significativamente superior ao ano de 2015.

Foram transferidos para o Curto Prazo os valores que estão estimados para realização em 2017 dos créditos com IPTU e ISS. Conforme se observa nos gráficos seguintes, a expectativa de recebimento de Créditos Tributários é significativamente superior ao ano de 2015:

	2016	2015
Impostos	225.587.937,47	48.448.674,28
Taxas	14.069.236,80	14.352.862,78
Demais contribuições	3.471.912,13	658.435,00





Ressalta-se que o aumento dos créditos a receber é resultado também dos procedimentos patrimoniais que estão sendo implantados gradativamente pelo município, com foco principalmente na arrecadação dos impostos pertencentes ao Município.

3.2. Ativo Não Circulante

3.2.1 Ativo Realizável – LP

A conta Créditos a Longo Prazo é representada em grande parte pela Dívida Ativa do Município, constituída por impostos vencidos e não pagos no exercício, compreendendo Principal, Juros, Multa e Correção Monetária.

O saldo da Dívida Ativa Tributária foi de R\$ 791.654.594,81, sendo que realizada uma provisão para Ajustes de perdas de Dívida Ativa Tributária no valor de R\$ 468.763.981,81, resultando no saldo ajustado de R\$ 322.890.613,00.

Para efeitos de cálculo da referida provisão tomou-se como base os valores incobráveis constantes no sistema tributário e média histórica dos recebimentos.



3.2.2. Investimentos:

A conta Investimentos é composta pelas participações em empresas de economia mista em forma de ações, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as mais relevantes:

- Participação no Consórcio Público de Saúde CISMEP R\$121.840,09
- Cia Municipal de Habitação CONTERRA R\$ 285.671,63

3.3. Passivo Circulante:

O saldo do Passivo Circulante foi de R\$ 144.027.469,11 e apresentou como valores mais expressivos as obrigações com fornecedores (R\$ 19.604.661,18) e os depósitos restituíveis (R\$ 71.826.260,44).

Os Depósitos Restituíveis representam os valores de terceiros e as consignações. Nesse saldo estão inclusos o montante de R\$ 46.399.630,54, decorrente das antecipações dos 70% dos depósitos judiciais referentes a processos judiciais tributários e não tributários dos quais o município seja parte, segundo a da Lei Complementar 151/2015.

3.4. Passivo Não Circulante:

3.4.1. Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar

Esse grupo contém parcelamentos dos encargos sociais, os valores mais expressivos pertencem as contas de parcelamento com o INSS e IPSEMG.



Esse grupo contém parcelamentos de encargos sociais, tais como o INSS.

Encargos sociais a pagar - Inter OFSS - União	140.224.406,08
INSS Parcelamento Lei 12810/2013-Proc 13603.722519/201328	81.108.667,45
INSS Parcelamento MP 2129-8/01 Cuco e Conterra	59.115.738,63
Outros Encargos Sociais	116.527.790,61
PASEP - Parcelamento Lei 12810/2013 - Proc. 13603.721919/2014-05	9.541.125,85
Parcelamento PASEP Proc. 136030011861/2002/38 FUNEC	1.182.957,49
Parcelamento PASEP Famuc	4.065.441,98
IPSEMG - Contrato 180-5	101.738.265,29
Total	256.752.196,69

3.4.2. Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo:

Composto pelas seguintes contas cujos valores são mais expressivos:

- Pro-Transporte CT R\$ 32.861.110,50
- Refinanciamento da dívida dos municípios LC 148/2014- R\$ 31.811.531,19

3.4.3. Dívida Fundada:

O município aderiu ao Refinanciamento da Lei complementar 148/2016. Com isso, o saldo devedor do parcelamento da MP 2.185 passou de R\$ 247.050.307,67 em 31/12/2015 para R\$ 31.811.531,19 em 31/12/2016; afetando positivamente a dívida consolidada no período.

3.4.4. Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União:

Evidencia o Parcelamento PAES CUCO - LEI 10684/2003, no valor de R\$ 1.623.578,03.

3.4.5. Fornecedores Nacionais a Longo Prazo:

Foi efetuada reclassificação das obrigações com Precatórios a pagar – EC 062/2009 do grupo de Outras Obrigações a Longo Prazo para o Grupo Fornecedores Nacionais a Longo Prazo. O saldo da conta – R\$ 232.676.167,71 corresponde ao saldo de precatórios a pagar no encerramento do exercício.



4. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário do Município de Contagem é desdobrado em:

- Execução Orçamentária das Receitas (previsão inicial, previsão atualizada, realização e diferenças) e;
- Execução Orçamentária das Despesas (fixação e execução incluídos os créditos adicionais).

4.1. Do Orçamento do Município:

Em síntese, o Balanço Orçamentário do Município de Contagem encontra-se distribuído da seguinte forma:

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c) = (a-b)
Receitas Correntes	1.470.038.224,00	1.470.038.224,00	1.470.831.426,72	(793.202,72)
Receitas de Capital	265.687.092,00	265.687.092,00	100.893.756,70	164.793.335,30
Total das Receitas	1.735.725.316,00	1.735.725.316,00	1.571.725.183,42	164.000.132,58

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada(f)
Despesas Correntes	1.311.743.779,00	1.369.430.065,09	1.304.315.129,76
Despesas de Capital	364.226.537,00	346.295.250,91	188.084.134,77
Reserva de Contingência	39.555.000,00	-	-
Reserva RPPS	20.000.000,00	20.000.000,00	-
Total das Despesas	1.735.725.316,00	1.735.725.316,00	1.492.399.264,53
Superávit	-	-	79.325.918,89



Despesa Liquidada(g)	Despesa Paga(h)	Saldo (i) = (e-f)
1.274.629.576,98	1.242.651.336,45	65.114.935,33
143.070.279,99	134.930.837,61	158.211.116,14
-	-	-
-	-	20.000.000,00
1.417.699.856,97	1.377.582.174,06	243.326.051,47
-	-	-

4.2. Receitas Correntes – Receita Tributária

Dentre as Receitas Tributárias destacam-se como mais expressivas nos exercícios de 2015 e 2016, o IPTU e o ISSQN.

Conforme tabela abaixo, a Receita Tributária verifica-e um crescimento no total das receitas tributárias da ordem de 3,02% representando um montante de R\$9.693.878,02.

Composição Receita Tributária:

2.016	2.015
-------	-------

Impostos e Taxas	Receita Realizada	AV%	Receita Realizada	AV%	AH%
IPTU	94.557.244,18	29	85.282.690,74	27	10,88
IR	44.531.765,15	13	43.985.021,29	14	1,24
ITBI	46.857.578,07	14	47.253.505,64	15	-0,84
ISSQN	119.059.125,27	36	118.422.811,02	37	0,54
TAXAS	25.679.105,95	8	26.046.911,91	8	-1,41
Total das Receitas					
Tributárias	330.684.818,62	100	320.990.940,60	100	3,02

4.3. Receitas Correntes – Transferências Intergovernamentais

Houve um resultado positivo entre a diferença da Receita Realizada e a Previsão Inicial/Atualizada no grupo de Transferências Intergovernamentais. No subgrupo Transferências dos Estados, especificamente a conta "Cota-Parte do ICMS" foi a mais expressiva.



4.4. Superávit:

No exercício de 2016, apurou-se um superávit de R\$79.325.918,89, o que evidencia uma gestão eficiente dos recursos recebidos.

Receita Realizada	1.571.725.183,42
Despesa Executada	1.492.399.264,53
Superávit	79.325,918,89

5. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro do Município de Contagem possui a seguinte estrutura:

INGRESSOS

Receita Orçamentária	1.571.725.183,42
Transferências Financeiras Recebidas	481.276.451,25
Recebimentos Extra-orçamentários	284.611.095,15
Saldo do Exercício Anterior	256.051.452,59
Total das Receitas	2.593.664.182,41

DISPÊNDIOS

Despesa Orçamentária	1.492.399.264,53
Transferências Financeiras Concedidas	481.276.451,25
Pagamentos Extra-orçamentários	304.652.385,02
Saldo do Exercício Anterior	315.336.081,61
Total das Despesas	2.593.664.182,41

5.1. Receitas e Despesas Orçamentárias

Os recursos são divididos entre ordinários e vinculados. Dentre os Vinculados, os que apresentam entrada e aplicação mais significativos são aqueles destinados à Educação e Saúde.

Área	Ingressos	%	Dispêndios	%
Ordinária	706.441.783,23	44,9	514.686.714,47	34,5
Educação	308.133.895,39	19,6	306.431.169,76	20,5
Saúde	315.796.979,09	20,1	427.162.464,96	28,6
Demais	241.352.525,71	15,4	244.118.915,34	16,4



5.2. Restos a Pagar

Conforme definição legal, os restos a pagar são divididos em Processados e Não Processados, o quadro abaixo demonstra a variação apresentada nos ingressos e nos pagamentos das respectivas contas.

Restos a pagar do Município

Recebimentos Extraorçamentários	2016	2015
Processados	40.117.682,91	57.661.195,51
Não Processados	74.699.407,56	54.499.500,39
Tido Trocessados	7 1.023.107,50	3 11 199.000,0
Pagamentos Extraorcamentários	2016	2015

 Pagamentos Extraorçamentários
 2016
 2015

 Processados
 54.798.784,20
 38.032.020,84

 Não Processados
 38.860.077,28
 28.980.087,99

5.3. Depósitos

Referem-se a valores de terceiros, sendo em grande parte, composto pelas consignações efetuadas na folha de pagamento do servidor ou fornecedor, compreendendo retenção de impostos, planos de seguridade, pensão alimentícia judicial, previdência social, entre outros.

5.4. Saldo em Espécie

Essa conta compreende o somatório dos valores em caixa, bancos em conta movimento, aplicações financeiras, fundos de aplicação e poupança.

O saldo de Caixa e Equivalentes passou de R\$ 256.051.452,59 em 31/12/2015 para R\$ 315.336.081,61 em 31/12/2016.



6. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais- DVP utiliza-se das contas contábeis do modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), isto é, variações patrimoniais diminutivas e variações patrimoniais aumentativas.

No exercício de 2016, o Município de Contagem apresentou um resultado patrimonial superavitário de R\$ 793.037.480,36 (setecentos e noventa e três milhões, trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta reais e trinta e seis centavos).

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.062.602.369,63
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria	210.535.083,58
Contribuições	162.484.966,39
Exploração de Bens, serviços e Direitos	10.144.984,94
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	322.810.523,87
Transferências e Delegações Recebidas	1.302.573.018,20
Valorização e Ganhos com Ativos	159.147.757,28
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	894.906.035,37
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.269.564.889,27
Pessoal e Encargos	649.757.348,85
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	154.214.132,79
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	364.694.712,54
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	43.641.341,57
Transferências e Delegações Concedidas	665.128.868,36
Desvalorização e Perda de Ativos	329.413.870,71
Tributárias	12.685.673,72
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	50.028.940,73
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	793.037.480,36

Os fatos relevantes na apuração do Resultado Patrimonial são apresentados a seguir:

6.1. VARIAÇÕES PATRIMONIAS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS:

6.1.1. Variações Monetárias e Cambiais:

A variação positiva teve como principal fato o Refinanciamento de Empréstimos com a União, nos termos da Lei Complementar 148/2014.



O Refinanciamento reduziu a dívida em R\$ 226.322.773,77, afetando positivamente o resultado.

6.1.2. Valorização e Ganhos com Ativos

Houve atualização de bens imóveis do Município de Contagem, no total de R\$ 91.712.372,65, levados à conta de Reavaliação de Ativos.

Os Ganhos com Incorporação de Ativos referem-se em sua grande maioria à incorporação de bens imóveis provenientes de aquisições não onerosas, totalizando R\$ 60.905.707,45.

6.2. VARIAÇÕES PATRIMONIAS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS:

6.2.1 Desvalorização e Perdas de Ativos

- No subgrupo "Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas" foram computados os ajustes dos créditos tributários decorrentes de isenções, processos administrativos, decisões judiciais e descontos.
- As Incorporações de Passivos são provenientes das incorporações de precatórios decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado. As incorporações de precatórios que resultaram numa variação patrimonial diminutiva de R\$ 51.519.531,38.
- O Resultado Negativo com Participações ocorre devido ao Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial nos Consórcios Intermunicipais, no total de R\$ 1.210.673,76.

7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC do Município de Contagem foi elaborada pelo método direto, de acordo com a 6ª edição do MCASP e a Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC 08 da Secretaria do Tesouro Nacional.



A DFC evidencia os valores dos fluxos de caixa das atividades das operações, das atividades de investimentos e das atividades de financiamento, apresentando o saldo da geração líquida de caixa e equivalente de caixa, além dos saldos das disponibilidades financeiras iniciais e finais.

O saldo de geração líquida de caixa e equivalente de caixa, em 31/12/2016 foi de R\$ 59.284.629,02 (cinqüenta e nove milhões, duzentos e oitenta e quatro mil reais, seiscentos e vinte e nove reais e dois centavos).

Quadro Resumo da Demonstração do Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	156.521.022,34
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-128.037.635,04
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	30.801.241,72
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	59.284.629,02

Acerca da metodologia utilizada na elaboração da DFC, são apontadas as considerações:

- No subgrupo "Outros ingressos operacionais" estão somados os valores das Transferências Extra-orçamentárias Recebidas, descontos informados nas despesas do exercício, Restos a Pagar e Extra-orçamentárias, Receitas Extra-orçamentárias, Transferências de Numerário concedidas a outros órgãos.
- No subgrupo "Outros desembolsos operacionais" estão somados os valores dos pagamentos de Despesas Extra-orçamentárias e Transferências de Numerário recebidas de outros órgãos.

8. DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM

O Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Contagem – PREVICON foi criado pela Lei nº 3.608/2002, nos termos do art. 71 da Lei nº 4.320/1964, com a finalidade



de prover recursos necessários para garantir o pagamento dos benefícios dos servidores públicos efetivos, ativos e inativos, e seus dependentes.

8.1. Investimentos do Previcon:

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	31/12/2016	31/12/2015	
Aplicações Financeiras conformidade - Resolução BACEN 3922/10			
Segmento Renda Fixa – FI 100% Títulos TN – Art. 7°, Inciso I "b"	81.456.115,34	64.294.708,14	
Caixa FI Brasil IMA-B Tit Publ RF LP	20.354.633,57	16.675.340,66	
CX FI Brasil IMA-B 5 TP RF LP	2.749.409,08	1.960.264,78	
Caixa FI Brasil IRF-M 1 TP RF	2.893.222,09	6.165.098,06	
FI Caixa Brasil IMA B5+ TP RF LP	5.550.282,04	990.384,00	
FI Caixa Brasil IRF-M 1+ TP RF LP	670.117,68	553.162,13	
Caixa FI Brasil IRF-M RF LP	1.580.886,77	-	
Caixa FI Brasil IDKA IPCA 2A RF LP	5.426.496,72	6.913.003,14	
BB Previdenciário Renda Fixa IRF-M1 Títulos Públicos FIC FI	23.881.282,07	20.860.106,80	
BB Previdenciário Renda Fixa IDKA2 Títulos Públicos FI	11.639.322,43	10.177.348,57	
BB Previdenciário Renda Fixa IMA-B Títulos Públicos FI	2.784.496,57	-	
BB Previdenciário Renda Fixa IRFM Títulos Públicos FI	3.925.966,32	-	
Segmento de Renda Fixa – FI Renda Fixa – Art. 7°, Inciso IV 'a'	30.843.904,92	22.437.812,90	
Caixa FI Brasil Ref. DI Longo Prazo	20.996.507,75	13.818.893,03	
FI Caixa Aliança Títulos Públicos RF	3.847.491,45	3.375.063,23	
Caixa FI Brasil Títulos Públicos RF	4.402.727,79	3.860.799,18	
Caixa FI Brasil Disponibilidades RF	822,67	0,01	
BB Previdenciário Renda Fixa Fluxo FIC FI	56.341,58	1.383.057,45	
BB Previdenciário Renda Fixa Perfil FIC FI	1.540.013,68	<u>-</u>	
Segmento de Renda Variável – FI Ações – Art. 8°, Inciso III	7.933.125,35	7.059.649,10	
FIC Ações Valor Dividendos RPPS	7.933.125,35	7.059.649,10	
Soma Fonto: Demonstrativo dos Anligações a Investimentos dos Reguesos DAIR 6	120.233.145,61	93.792.170,14	

Fonte: Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR 6º Bimestre/2016 e 6º Bimestre/2015



Os Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, realizados pelo PREVICON, nos segmentos de renda fixa e renda variável, efetuados em conformidade com a Política Anual de Investimentos 2016, estabelecida de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 3.922/2010, observados os limites elencados na Seção II: A) No art. 7°, Inciso I, alínea 'b' – "Art. 7º No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites: I - até 100% (cem por cento) em: a) títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC); b) cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" deste inciso e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia." B) No art. 7°, Inciso IV, alínea 'a' - "IV - até 30% (trinta por cento) em: a) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto." C) No art. 8°, Inciso III – "Art. 8° No segmento de renda variável, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites: (...) II - até 20% (vinte por cento) em cotas de fundos de índices referenciados em ações, negociadas em bolsa de valores, admitindo-se exclusivamente os índices Ibovespa, IBrX e IBrX-50; III - até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos dos fundos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem suas carteiras estejam no âmbito dos índices previstos no inciso II deste artigo."

8.2. Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo

Esse grupo compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados a futuros benefícios previdenciários a serem pagos aos segurados, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo, relativos às provisões matemáticas constantes do resultado da reavaliação atuarial, que correspondem ao valor presente líquido das prestações futuras dos



benefícios já concedidos aos assistidos e beneficiários em gozo de beneficio de prestação continuada e das prestações futuras dos benefícios a conceder para a geração atual (servidores ativos).

A contabilização da Provisão Matemática foi realizada com base em cálculos atuariais realizados por profissional habilitado junto ao MIBA (Membro do Instituto Brasileiro de Atuária) e ao MPS (Ministério da Previdência Social) da empresa RTM & Consultores Associados - Assessoria e Consultoria Previdenciária Ltda. –ME.

Em conformidade com disposto no Relatório de Avaliação Atuarial 2016, apresentase, como resultado da reavaliação atuarial, que o Plano Financeiro apresenta um déficit
atuarial de R\$ 7.156.633.421,70 (sete bilhões, cento e cinquenta e seis milhões, seiscentos e
trinta e três mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta centavos). O Fundo Financeiro
caracteriza-se por um grupo em extinção. Este grupo é estruturado no Regime Financeiro de
Repartição Simples, onde as contribuições dos atuais servidores em atividade financiarão os
benefícios porventura concedidos. Quando as despesas previdenciárias deste grupo forem
superiores à arrecadação das suas contribuições, o tesouro do Município assumirá a
integralidade da folha líquida de benefícios. O Plano Previdenciário, por sua vez, apresenta
um superávit técnico atuarial no valor de R\$ 13.094.536,22 (treze milhões, noventa e quatro
mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e dois centavos).

A Segregação de Massa foi reestruturada, nos termos da Lei Complementar n° 206/2016 e Lei Complementar n° 208/2016, tendo por base esse Relatório de Avaliação Atuarial 2016. Portanto, segundo a RTM & Consultores Associados, não cabem comparativos técnicos com o exercício anterior. O estudo atuarial de 2016 apresentou-se da seguinte forma:



PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS - REGISTROS CONTÁBEIS

NOME DO MUNICÍPIO: CONTAGEM ESTADO: MG

DRAA/DADOS CADASTRAIS DO MÊS DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO DE 2015

	OS CADASTRAIS DO MES DE DEZEMBRO DO EXERC PASSIVO	22 2010
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCI	354.362.352,86
	PLANO FINANCEIRO	
2.2.7.2.1.01.00	(3) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
2.2.7.2.1.01.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	1.899.806.377,62
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	25.242.086,94
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	184.500,64
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	189.980.637,76
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	1.684.399.152,28
2.2.7.2.1.02.00	(4) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	-
2.2.7.2.1.02.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	6.747.580.173,59
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	312.347.627,00
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR	288.240.259,81
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	674.758.017,36
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	5.472.234.269,42
	PLANO PREVIDENCIÁRIO	
2.2.7.2.1.03.00	(5) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	371.197.152,55
2.2.7.2.1.03.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	404.902.621,73
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	1.524.510,50
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	767.590,44
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	31.413.368,24
2.2.7.2.1.04.00	(6) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	- 29.929.335,91
2.2.7.2.1.04.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	206.604.215,50
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	114.677.823,72
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR	105.826.850,74
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	16.028.876,95
2.2.7.2.1.07.00	(9) PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	13.094.536,22
2.2.7.2.1.07.01	(+) AJUSTES DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	13.094.536,22



8.3. Patrimônio Líquido do PREVICON

O Patrimônio Líquido do PREVICON apresentou um superávit no exercício de R\$171.282.934,49 (cento e setenta e um milhões, duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e quarenta e nove centavos), que contribuiu para a redução dos déficits de exercícios anteriores, que totalizavam R\$ 393.663.105,27 (trezentos e noventa e três milhões, seiscentos e sessenta e três mil, cento e cinco reais e vinte e sete centavos). Apresentando, portanto, resultados acumulados em R\$222.380.170,78 (duzentos e vinte e dois milhões, trezentos e oitenta mil, cento e setenta reais e setenta e oito centavos).

8.4. Dos Aportes ao RPPS

Para acobertar a insuficiência financeira do Fundo Financeiro - FINPREVI, o Tesouro Municipal aportou recursos financeiros na ordem de R\$ 34.613.098,84 (trinta e quatro milhões, seiscentos e treze mil, noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos).

No ano de 2016 o município editou medidas através da Lei Complementar 206 para reduzir o déficit atuarial e manter o equilíbrio financeiro. Essas medidas consistiram no aumento da alíquota da contribuição patronal para 22% e a contribuição do segurado para 11%, na assunção do compromisso de integralizar o valor de R\$463.847.000,00 (quatrocentos e sessenta e três milhões e oitocentos e quarenta e sete mil reais), destinado ao Fundo Previdenciário. A integralização desses valores terá como forma de quitação:

- I 360 (trezentas e sessenta) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) cada, corrigidos anualmente pela variação do índice de inflação definido na Política de Investimentos do PREVICON.
- II transmissão da propriedade dos imóveis pelo valor de R\$67.847.000,00 (sessenta e sete milhões e oitocentos e quarenta e sete mil reais).

Em decorrência do disposto no item I acima, após promulgação da Lei 206/16, o Município realizou aportes periódicos, para amortizar o déficit atuarial do Fundo Previdenciário – CONPREVI, que totalizaram, no exercício, de R\$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil reais).



Além dessas medidas, houve alteração no Plano de custeio do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Contagem, estabelecida pela Lei Complementar 208/2016 com migração de segurados entre os planos financeiros e previdenciários, para promover o ajuste do equilíbrio financeiro e atuarial.

9. DA COMPANHIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS DE CONTAGEM- CONTERRA"EM LIQUIDAÇÃO"

A empresa é uma Sociedade de Economia Mista de capital fechado, foi criada através da Lei 2205 de 20/05/1991 e constituída em 19 de fevereiro de 1992, com sede na cidade de Contagem/MG, e tendo por objetivo social, o estudo dos problemas de habitação e a realização de todas as demais atividades necessárias para que sejam alcançados os objetivos do Plano Nacional de Habitação.

Em Janeiro / 2008 esta companhia entrou em estado de Liquidação Extrajudicial, passando a denominar-se Companhia Municipal de Habitação, Obras e Serviços de Contagem – CONTERRA – "EM LIQUIDAÇÃO"

O Município de Contagem é o principal acionista da Companhia, tendo nomeado liquidante responsável pela administração dos ativos e passivos da mesma até a finalização do processo de liquidação.

Dos valores do "Exigível a Longo Prazo", R\$ 15.344.953,35 pertencem ao passivo com fornecedores prestadores de serviços realizados e estão sendo discutidos judicialmente.

Carlos Magno de Moura Soares Prefeito Municipal Luci Meireles da Silva Contadora Vanderlei Daniel da Silva Controlador Geral do Município